



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
GABINETE DA MINISTRA

OFÍCIO Nº 847/2024/MMA

Brasília, 07 de fevereiro de 2024.

Ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, Sala 27
70160-900 Brasília/DF

ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: Resposta ao Ofício 1^ªSec/RI/E/nº 543 - Requerimento de Informação nº 3.108/2023.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício 1^ªSec/RI/E/nº 543, de 22 de dezembro de 2023, encaminhado a este Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre o Requerimento de Informação nº 3.108/2023, de autoria do Deputado Amom Mandel (Cidadania/AM), o qual solicita informações acerca das medidas e estratégias adotadas para conter, prevenir e reparar os dados ambientais causados pela extração ilegal de minério de ouro no Amazonas.

2. Sobre o assunto, seguem as respostas aos questionamentos realizados.

a) Diante das informações apresentadas, quais estratégias específicas o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima planeja implementar para prevenir a extração ilegal de ouro na região, considerando a urgência do problema destacado pela Operação Tempestade Aurífera?

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em parceria com as Forças Armadas e a Polícia Federal, planeja ampliar as operações de fiscalização sob o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - PNAPA para 2024. Este plano é parte de uma estratégia abrangente que foi evidenciada pela Operação Tempestade Aurífera em Manaus, onde a ação conjunta resultou na inutilização de dragas e na apreensão de equipamentos ligados ao garimpo ilegal. Além das intervenções diretas, a operação visa aprofundar investigações para responsabilizar os envolvidos, enfatizando uma abordagem integrada que combina prevenção, repressão e responsabilização legal.

b) De que maneira o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pretende mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes do uso de explosivos durante a destruição das balsas utilizadas na extração ilegal de ouro, levando em conta as preocupações com consequências não previstas para a região?

A destruição de balsas de mineração ilegal através de explosivos não é uma operação realizada pelo Ibama, e sim por autoridades como a PF.

c) Como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima planeja aprimorar as políticas de fiscalização para garantir uma abordagem mais efetiva e abrangente diante da constante presença de práticas ilícitas relacionadas à extração de ouro na região, contemplando tanto a prevenção quanto à repressão?

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, através do Ibama, planeja intensificar as operações de fiscalização em parceria com as Forças Armadas e a Polícia



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infogov.autenticacaodeassinatura.camara.leg.br/Arquivo/001-2380594>

2386394

Federal. Além disso, o plano inclui o uso de tecnologia de monitoramento via satélite para acompanhar a evolução do garimpo ilegal, permitindo respostas mais rápidas e informadas às atividades ilegais. Este esforço tecnológico visa identificar áreas de atuação prioritária e avaliar o impacto das operações de fiscalização, tornando a abordagem mais efetiva e abrangente.

d) Qual a estratégia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para envolver ativamente a sociedade civil no enfrentamento do desafio da extração ilegal de ouro, considerando a complexidade do problema e a necessidade de um diálogo mais amplo entre o governo, as comunidades locais e outros setores envolvidos?

A política ambiental tende a ser tanto mais eficiente e efetiva quanto mais envolver processos participativos e de diálogo com a sociedade. Ressalta-se que este Ministério tem buscado a criação e promoção de mecanismos e instâncias de diálogo e de atuação conjunta com a sociedade civil.

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio do Ibama, tem atuado permanentemente no combate ao garimpo ilegal em áreas protegidas, em especial na Terra Indígena Yanomami e outras terras indígenas e seus entornos neste fevereiro de 2023, com ações intensificadas em 2024.

Estas ações são realizadas em estrito diálogo e construção conjunta com as populações indígenas dos territórios, consoante prevê seus protocolos específicos de consulta livre, prévia e informada.

e) Além da instauração da investigação policial, que medidas o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima propõe para abordar as raízes do problema da extração ilegal de ouro, visando soluções mais sustentáveis e integradas para a região do Amazonas?

3. Para enfrentar a extração ilegal de ouro, o Ibama implementará estratégias detalhadas no PNAPA, utilizando todos os meios legais disponíveis. Isso inclui operações coordenadas com Forças Armadas e Polícia Federal, além do emprego de tecnologias de monitoramento via satélite para identificação e fiscalização eficaz de áreas críticas.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

MARINA SILVA

Ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, em 07/02/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1567665** e o código CRC **9D0EDE0A**.

